



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Movimentos Sociais e Serviço Social

Sub-eixo: Movimentos Sociais e lutas de classes – contextos nacional e internacional

MEMÓRIA E LUTAS SOCIOAMBIENTAIS: SOBRE TRAJETÓRIAS DE MULHERES QUILOMBOLAS

ROSEMEIRE MARIA ANTONIETA MOTTA GUIMARÃES¹

MILENA FREITAS MACHADO²

JOSIMARA APARECIDA DELGADO³

JESSICA DO CARMO DA SILVA⁴

RESUMO

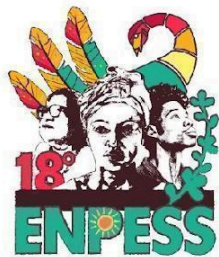
O quilombo Rio dos Macacos está imbuído em memórias que remontam cerca de duzentos anos de pertencimento e vivências sobre um território ancestral, localizado em área limítrofe aos municípios de Salvador e Simões Filho, na Bahia. O tempo decorrido no território e os diversos modos de viver, subsistir e resistir, da população quilombola, não a isentou das lutas e disputas que vêm sendo travadas por outras tantas e diversas comunidades tradicionais no Brasil. O relato apresentado tem por objetivo expor analiticamente a experiência que vimos vivenciado na comunidade quilombola Rio dos Macacos, identificando conflitos agrários, fundiários e socioambientais que marcam gerações e se interpõem numa espécie de miríade, envolvendo terra, água, relações produtivas, sociais, gênero, raça, a partir da convivência e o olhar perspicaz de uma das lideranças mais pujantes, Dona Olinda de Souza Oliveira dos Santos, mulher negra e nascida da terra, como se identifica. Iniciativa de grupo de extensão que desenvolve o projeto Memórias, Lutas Sociais e Formação em Serviço Social, trata-se de experiência imersiva na dinâmica comunitária que envolve questões conflituosas e de injustiça ambiental, sobretudo na contemporaneidade do capital, com a Marinha do Brasil, que reivindica a posse da terra quilombola. Essa vivência extensionista ainda está em curso, entretanto tem proporcionado o olhar do serviço social para temáticas que demandam análises, troca de saberes, produção de conhecimento e intervenção profissional. Nessa direção, alguns resultados já se materializam através da divulgação de podcast sobre as lutas e conquistas encampadas pelo quilombo e os encaminhamentos para a

¹ Universidade Federal da Bahia

² Universidade Federal da Bahia

³ Universidade Federal da Bahia

⁴ Universidade Federal da Bahia



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

criação de um centro de memórias, visando reunir elementos da história da comunidade que se encontram dispersos.

Palavras-chave: Memória; gênero; raça; conflitos; serviço social.

ABSTRACT

The Rio dos Macacos quilombo is imbued with memories that date back to around two hundred years of belonging and experiences in an ancestral territory, located in an area bordering the municipalities of Salvador and Simões Filho, in Bahia. The time spent in the territory and the different ways of living, subsisting and resisting, of the quilombola population, did not exempt them from the struggles and disputes that have been waged by many other and diverse traditional communities in Brazil. The report presented aims to analytically expose the experience we saw in the Rio dos Macacos quilombola community, identifying agrarian, land and socio-environmental conflicts that mark generations and interpose themselves in a kind of myriad, involving land, water, productive, social relations, gender, race, based on the coexistence and a discerning look of one of its most powerful leaders, Dona Olinda de Souza Oliveira dos Santos, black woman born on the land, how she identifies herself. Initiative of the extension group that develops the project Memórias, Lutas Sociais e Formação em Serviços Social, is an immersive experience in community dynamics that involve conflicting issues and environmental injustices, especially in the contemporary capital, with the Brazilian Navy, which claims ownership of land quilombolas. This extension experience is still ongoing but has provided a social service perspective on topics that require analysis, knowledge exchange, knowledge production and professional intervention. In this direction, some results have already materialized through the dissemination of a podcast about the struggles and achievements undertaken by the quilombo and the steps towards the creation of a memory center, aiming to bring together elements of the community's history that are dispersed.

Keywords: Memory; gender; race; conflicts; social service.

1. Introdução

Esse relato discorre sobre a vida de mulheres quilombolas de gerações mais velhas do território quilombo Rio dos Macacos, onde interagimos e estabelecemos vínculos há aproximadamente um ano – com o desenvolvimento do projeto Memórias, Lutas Sociais e Formação em Serviço Social – por meio de uma de suas lideranças ativas, Dona Olinda, mulher

negra de 65 anos e nascida da terra, como se autoidentifica. No instante em que apresentamos este relato de experiência, Dona Olinda está cursando o bacharelado em Serviço Social na Universidade Federal da Bahia – UFBA.

Por meio de narrativas de histórias de vida, nos deparamos com a herança das lutas empreendidas pela comunidade em diversos conflitos agrário, fundiário e socioambiental, numa trama imbricada em torno da sua permanência no território, no acesso e uso dos recursos naturais. Dona Olinda é o elo que nos une e nos instiga nesse projeto extensionista, haja vista ter permitido que conhecêssemos o quilombo, suas moradoras/es – sendo muitas delas/es seus parentes –, as demais lideranças, bem como nos introduziu em outras comunidades do entorno, nos levou a encontros e reuniões, que fazem parte da sua rotina como uma das lideranças, e nos contou muitas histórias de outros tempos que ainda reverberam no presente.

A comunidade quilombola de Rio dos Macacos reúne, atualmente, cerca de 60 famílias de pequenos pecuaristas, agricultores e pescadores. No final da década de 1950 e início dos anos de 1960, as Fazendas Aratu, Meireles e Macaco, onde essa população nasceu e viveu desde o período que remonta a escravização de negros e negras no Brasil – quando trabalharam nas lavouras de cana-de-açúcar – reuniam um contingente populacional de até 450 famílias, principalmente a Fazenda Macaco, a maior dentre as três citadas e onde funcionava uma usina de açúcar. O seu proprietário, o então fazendeiro Coriolano Bahia, ainda naquela época, fez doações de glebas como um meio de indenizar o povo do quilombo que trabalhou em sua usina e, há muito, já ocupava esse território (FIOCRUZ, 2024; SANTOS, 2020).

No entanto, a Fazenda Macaco passou por um processo de execução fiscal, por dívidas tributárias do seu proprietário. Tal processo, levou à penhora de bens do sr. Coriolano Bahia, o qual teve as terras expropriadas e foi obrigado a ceder a fazenda para o município de Salvador. Não obstante a informação sobre a presença dos moradores ancestrais, as doações não foram consideradas pelo Estado e nem o direito sobre a terra reconhecido, portanto a comunidade ficou vulnerável e suscetível às várias investidas sobre seu território no intuito de marginalização, expulsão e quiçá, total exclusão de uma população tradicional, visto que o município doou as terras da fazenda Macaco para a Marinha do Brasil. Ainda no final dos anos 1960, a União deu início às obras para a construção da atual Base Naval de Aratu (SANTOS, 2020), fato também incisivo que vem perpetrando conflitos estes avolumam-se a cada período.

No início dos anos 1970, a Marinha construiu a Vila Naval da Barragem, condomínio residencial de suboficiais da Força, em área da Fazenda Macaco. Desde então,



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

toraram-se frequentes os conflitos com os agricultores e pescadores da área. As relações foram marcadas por vários episódios de violência física e psicológica e só fizeram recrudescer nos últimos anos. Direitos humanos fundamentais foram negados: o direito de plantar, colher, criar, pescar, reformar ou construir casas, de ter acesso à luz elétrica, água encanada, saneamento básico e, o mais elementar, o direito de ir e vir. Ao contrário, a Marinha empreendeu diversas ações para retirá-los da área sem levar em conta direitos históricos das pessoas que lá nasceram e lá vivem (FIOCRUZ, 2024).

Pudemos perceber, nas ações da Marinha – a partir dos relatos que escutamos das/os anciãs/os e outras moradoras do quilombo – as formas de racismo, seja este estrutural, institucional e/ou ambiental, que são manifestas na criminalização dos líderes quilombolas; derrubada de terreiros de candomblé; imposição de restrições às suas manifestações culturais, como samba de roda e cantigas; elevação de muro dificultando, sobretudo, o acesso da população ao rio; a construção de uma barragem, escasseando o uso da água para a agricultura e a pesca, principais atividades de subsistência da comunidade, como também o banho, a lavagem de roupas e vasilhames; a instalação de uma guarita de controle na entrada do quilombo com a presença de homens armados. Tal postura, não só intimida pela demonstração da violência ao ir e vir, mas simultaneamente, impõe vigilância compulsória com o objetivo de controle e interdição na movimentação dos moradores e visitantes da comunidade. Ora, dispositivos legais há e, de forma objetiva, poderiam incidir coibindo tais situações extremas, assegurando e respaldando o direito das populações tradicionais nas legislações já estabelecidas. Assim, passamos a citar algumas:

A Constituição Federal de 1988, no seu Art. 68, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT): Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos (BRASIL, 1988).

Convenção nº 169, OIT, Artigo 141. Dever-se-á reconhecer aos povos interessados os direitos de propriedade e de posse sobre as terras que tradicionalmente ocupam. Além disso, nos casos apropriados, deverão ser adotadas medidas para salvaguardar o direito dos povos interessados de utilizar terras que não estejam exclusivamente ocupadas por eles, mas às quais, tradicionalmente, tenham tido acesso para suas atividades tradicionais e de subsistência [...] (Convenção nº 169, da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais, 1989).

DECRETO Nº 6.040, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2007, Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (BRASIL, 2007).

Após décadas de opressão, constrangimento e violência praticadas à comunidade por diversas vezes e sem uma intervenção decisiva por parte do Estado, o quilombo Rio dos Macacos recebeu a titulação das suas terras no ano de 2020. Os títulos expedidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) conferem, finalmente e de modo irrevogável, o direito à propriedade ao povo quilombola do Rio dos Macacos. Vale ressaltar um dos fatos que esse povo não esquece: ainda que na sua demarcação devesse possuir 270 hectares, seu território foi



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

reduzido para 98 hectares, sendo o restante do território – inclusive o rio – destinado à Marinha do Brasil (CORREIONAGÔ, s/d). Contudo, fica evidente se o acesso e os usos de um dos recursos naturais imprescindíveis, senão vital à sobrevivência humana e aos outros seres da natureza, continua a ser limitado e/ou inviabilizado para toda uma comunidade então, conflitos existirão, continuamente.

2. Conflitos que se reproduzem em terra de população tradicional

Os conflitos envolvendo comunidades quilombolas no Brasil chamam atenção por diversas razões, mas do que temos escutado e observado nos nossos encontros com as moradoras do quilombo, tais conflitos podem e talvez devam ser pensados na perspectiva da temporalidade/memória. Ou seja, desde a reivindicação por reconhecimento jurídico a seu pertencimento a uma comunidade ancestral de negros e negras escravizados (as), vinculada a um território, até o fato dessas comunidades serem geralmente constituídas por pescadores e marisqueiras e representarem resistência ao avanço predatório do capital sobre suas terras e, pois, sobre seus modos de vida.

São conflitos que são deflagrados porque esse povo ancestral fala e reivindica sobre o direito ao passado, mas simultaneamente também à contemporaneidade. Os quilombolas reivindicam, de modo plausível, o direito à ampliação de sua participação na esfera política e jurídica, nas quais são reconhecidos como sujeitos de direito, mas sem que isso se dê às custas da expropriação de seus territórios, do apagamento dos suportes materiais de sua memória coletiva, ou mesmo de uma intervenção brusca e não democrática sobre seus modos de vida, com impactos negativos expressivos em suas relações comunitárias e familiares.

Os alvos da expropriação podem ser as comunidades rurais e indígenas na periferia do capitalismo ou membros dos grupos sujeitados ou subordinados no centro do capitalismo [...].

A expropriação nesse sentido cobre uma multiplicidade de pecados, a maioria em forte correlação com a opressão racial. A conexão é nítida em práticas bastante associadas aos primórdios do capitalismo (embora continuem até hoje), com a conquista territorial, a anexação de terras, a escravização, o trabalho forçado [...] (FRASER, 2024, p. 64).

Trata-se aqui, como no caso da memória dos trabalhadores e trabalhadoras que conhecemos em seu local de existência e subsistência, de pensarmos as contradições existentes na relação entre temporalidade hegemônica do patriarcado racista e capitalista e as temporalidades outras que resistem ao englobamento como forma de resistência, de luta ou

sobrevivência. Sempre uma relação de disputa política em torno das versões da história passada e das decisões sobre o futuro.

Alguns elementos da realidade política contemporânea em torno das comunidades quilombolas nos ajudam a compreender sua realidade a partir desses embates da memória. Vejamos que, mergulhado numa crise estrutural desde a década de 70, o capital vem se financeirizando e buscando renovação das formas de acumulação de riquezas e de extração da mais-valia, com destaque para a intensificação da expropriação e mercantilização de territórios.

Destarte, essa é uma crise que tem revelado o sentido do modo de reprodução do capital e do seu caráter de financeirização da vida e da sociabilidade, difundindo-se através “[...] da forma brutalmente predatória do capitalismo que vivemos hoje: globalizado, financerizado, neoliberal” (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019, p. 45). Essa natureza deletéria tem se revelado com precisão na forma como inúmeros grupos populacionais, em nível mundial, têm sido jogados na situação de extrema pobreza e dor, transformando-se em rejeitáveis alvos de violações múltiplas, como por exemplo, as pessoas negras, as mulheres periféricas, os velhos e velhas sozinhos e das populações tradicionais. (TAVARES; DELGADO, 2021)

O panorama descrito, expressão da barbárie, tem fundamentos postos em alguns modos que estruturam o conjunto da vida social na cena contemporânea. Assim, se durante muito tempo, esse tipo de conflito pelo direito à terra não teve muita visibilidade política nas lutas sociais no Brasil, nesse contexto de crise, eles recrudescem e se publicizam, traduzindo de forma contundente, tanto o custo humano que o capitalismo pode gerar sobre territórios e corpos quanto as potências coletivas que tais corpos representam para as resistências e a vida presentes. Hoje, são sujeitos como as mulheres negras e os povos originários que conseguem conferir radicalidade à política, colocando a nu a estrutura e a gramática da democracia existente ao apontarem para questões como: o direito ao pertencimento étnico e territorial; a necessidade de decolonizar nossas formas de produzir e reproduzir a vida; nossa relação com a natureza e instituições; a necessidade de criarmos novos comuns, novos modos de vida, mais coletivos e não permeados pela lógica do valor e da mercadoria.

Desse modo, uma das dimensões desse relato é instigar a reflexão sobre a realidade das lutas quilombolas como uma importante frente de resistência baseada no pertencimento e que remonta a história de lutas negras, especialmente de mulheres negras que hoje tendem a ser centrais nas contradições do capitalismo. Em todos os territórios periféricos são essas mulheres que reproduzem a vida em um contexto no qual as condições para essa reprodução são



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

totalmente degradadas, são inteiramente submetidas ao princípio abstrato do valor e do mercado em sua versão contemporânea, o deletério capitalismo das finanças.

Mas há um outro nível de questão que gostaríamos de abordar e que nasce do envolvimento com a comunidade do Rio dos Macacos. Como mencionamos, no âmbito de uma atividade de extensão, criamos um vínculo com a comunidade, sobretudo com dona Olinda e sua família por meio das quais, conhecemos a dinâmica do território. Dona Olinda é filha de uma antiga líder, dona Maria Valente que durante toda a sua vida organizou a comunidade e empreendeu uma importante luta contra os vários ataques sofridos pelo seu povo por parte da Marinha do Brasil. A família de dona Olinda está no território há várias gerações e toda a sua narrativa é construída em torno da ideia de que ela é “filha da terra”, o que interpretamos, no contexto de seus depoimentos, como sendo uma clara reivindicação por reconhecimento de sua luta como herdeira direta de dona Maria Valente.

Isso nos parece fundamental também na forma como dona Olinda simboliza sua trajetória enquanto um caminho todo recoberto de luta, cuja existência só foi possível graças a esse processo de contínuos enfrentamentos. Mas ao fazer essas colocações, também se torna fundamental para a narradora, estabelecer uma distinção entre si e as lideranças mais novas que, segundo ela, “não são da terra, chegaram depois” e assumiram o protagonismo das lutas, fazendo encaminhamentos que nem sempre estão de acordo com a visão de dona Olinda.

De forma patente, há também um conflito interno que está posto inclusive no território, uma vez que ele é dividido em duas glebas, separadas estrategicamente pela Marinha, e que analisamos como um dos modos de fragmentar o movimento de luta da comunidade em torno de um território ao qual pertencem e se identificam: a gleba número um é onde estão as lideranças mais jovens e a número dois é onde estão dona Olinda e vários membros de sua família, inclusive a atual moradora mais velha. Dona Olinda questiona a forma de encaminhamento das questões políticas, segundo ela, muito radical e pouco conciliadora e a apropriação do legado ancestral de lutas pela liderança mais jovem. Nas idas e vindas ao território, conversamos com várias outras pessoas da gleba dois e elas têm a mesma percepção, reafirmando que são apagados nos debates públicos e secundarizados nas decisões.

3. A memória que se trama com os fios da raça, da classe, do gênero e da geração

Para dar visibilidade ao objeto de estudo que apresentei, um conjunto de debates teóricos podem ser acionados. Aqui, apresento alguns que, nesse momento, me parecem significativos,



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

mas que podem ser revistos durante o pós doutoramento a partir das experiências e orientações vivenciadas nesse contexto.

Basicamente, tais debates estão relacionados aos objetivos específicos do projeto e aqui serão trazidos em tópicos mais objetivos, com indicações de referências a serem lidas.

3.1 Comunidades quilombolas na formação social brasileira

Estamos sob a égide das catástrofes iminentes, pandêmica, ecológica e, pois, humana ; o capitalismo em crise se mostra em seus aspectos mais regressivos e predatórios sob o comando da (ir)racionalidade neoliberal e financeira, o que tem produzido formas degradadas de vida, no mundo do trabalho, na produção cultural e na política; há uma crise de projetos utópicos, ao mesmo tempo em que cresce, mesmo nos ambientes mais progressistas, uma certa conformidade com a gestão das desigualdades, em detrimento da radicalidade prática e discursiva. Não por acaso, é nesse mesmo tempo que ganham mais destaque e importância na cena pública, sujeitos que historicamente foram e ainda são considerados “os outros, “as outras” dessa sociedade. São esses sujeitos que, questionando as versões hegemônicas de nosso presente e passado históricos, nos mostram como violência e barbárie sempre estiveram presentes na vida cotidiana de muitos grupos porque são, violência e barbárie, a base das formas de poder que fundam a “civilização” de base urbano-industrial: o poder imperialista e colonial, o poder patriarcal e racista, o poder da mercadoria e das finanças. E nos mostram também, como, contra essa barbárie, diversas formas de luta, rebeldia e resistência foram construídas.

Ao demarcar esse panorama do Brasil, como no conjunto dos demais países da América Latina, é fundamental considerar como essa lógica violenta incorreu sobre um cenário de agravamento das desigualdades já existentes em uma dimensão estrutural. As políticas ultraliberais aprofundam raízes históricas na formação social como o racismo, a divisão sexual e social do trabalho, o caráter da dependência, presentes nos países que têm suas bases sociais fincadas no escravismo colonial, além da superexploração e expropriação do trabalho, o desemprego estrutural, e a concentração de renda, um conjunto de atributos intrínsecos a esse tipo de política social.

Retomar nossa formação social a partir das lutas quilombolas implica em falarmos de uma formação sócio-espacial da sociedade brasileira latino-americana diaspórica, onde patriarcado, capitalismo, escravidão, colonialismo e racismo se imbricam.

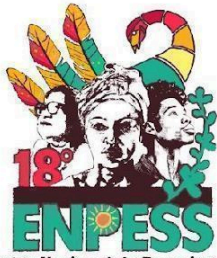
3.2 Mulheres negras, trajetórias e memórias

Os movimentos das mulheres, bem como suas estratégias práticas e simbólicas para viver e sobreviver, nos apresentam versões outras sobre o nosso passado histórico que não ganharam hegemonia no interior do debate crítico em geral, especialmente no Brasil. Refiro-me a versões construídas com fundamento em lugares que foram atribuídos às mulheres pelos processos de modernização do capitalismo nesses contextos, lugares de opressão e violência, de invisibilidade, mas também lugares nos quais a vida é gerada, cuidada e reproduzida, ou seja, lugares essenciais. A memória das mulheres reinscreve essas versões na história presente nos ajudando a compreender por que hoje, no século XXI, recrudescem a violência e a expropriação sobre as mulheres mais pobres da classe trabalhadora, racializadas, desde as jovens às idosas, que veem seus corpos tragados pelo trabalho pesado, necessário, mas invisível, de cultivar, limpar, servir, cuidar (VERGÈS, 2020)

O trabalho com memórias de mulheres velhas, trabalhadoras e negras contribui para trazer, ao plano dos debates públicos e contemporâneos, experiências que fazem um contraponto em relação às regras e critérios sócio-culturais hegemônicos na modernidade capitalista. Não por se constituírem em uma memória “autêntica” de “sujeitos excluídos”, ou de remanescentes de outros tempos. Os lugares e tempos dessas memórias subterrâneas (Pollak, 1989) das mulheres são importantes porque aludem à ambiguidade e à contradição de que é feita a história, sendo, portanto, fundamentais como vetores de contra-hegemonia nos embates políticos e ideológicos do presente.

As mulheres trabalhadoras são aquelas que, historicamente, dedicaram-se às “práticas invisíveis” (LOBO *et al.*, 1986) da história, ao trabalho miúdo da reprodução cotidiana da vida, à margem do poder representado pela política e pelo Estado e inseridas de forma contraditória e subalterna no mercado de trabalho. Apesar de sua invisibilidade, do ponto de vista do poder institucionalizado na esfera pública, elas desenvolvem práticas que são fundamentais para a produção e reprodução objetivas dessa sociedade e, portanto, sua marca está inscrita na história e na memória de grupos e indivíduos, ainda que não nas versões oficiais.

Sobre as mulheres negras e trabalhadoras, uma importante referência é Lélia Gonzalez que escreveu sobre a mulher negra na sociedade brasileira. Uma de suas contribuições foi resgatar o lugar da negra na sociedade escravista, aludindo a figura da escrava ligada às atividades produtivas e da mucama, aquela que cuida do bom funcionamento da casa grande, inclusive com a prestação de serviços sexuais ao senhor. Foi a partir da questão da mucama que



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

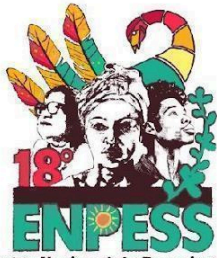
Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Gonzalez teceu uma rica análise sobre a importância da mulher negra para a própria formação social brasileira, por meio da figura da mãe preta, a mulher escravizada que alimentou e cuidou dos filhos dos senhores. Com essa figura, Gonzalez nos fala de um dos tipos de resistência da mulher negra, qual seja, a africanização da cultura e da língua portuguesas por meio das histórias contadas às crianças brancas. Assim, na origem de nossa formação social haveria esse legado negro, transmitido, mas negado pela sociedade branca, que desse modo, vive, segundo ela, uma neurose cultural.

“E, se levamos em conta a teoria lacaniana, que considera a linguagem como o fator de humanização ou de entrada na ordem da cultura do pequeno animal humano, constatamos que é por essa razão que a cultura brasileira é eminentemente negra. E isso apesar do racismo e de suas práticas contra a população negra enquanto setor concretamente presente na formação social brasileira.” (GONZALEZ, p.55)

Ao analisar a realidade da mulher negra na sociedade urbano-industrial no Brasil a autora nos fala da existência da divisão racial e sexual do trabalho, a partir da qual se estabelece um lugar de múltiplas opressões para essa mulher, de classe, raça e gênero. Desse modo, a autora analisa como, para toda a população negra, mas especialmente para a mulher negra, foram poucas as possibilidades de acesso ao mercado, bem como de ascensão social, cabendo-lhe, historicamente, o papel da trabalhadora doméstica, figura marcada pela assimilação da inferioridade e da subalternidade. Quando não estão nesses postos, nos lembra a autora, elas estão atuando em diversos serviços, como serventes, em hospitais, escolas, lojas. Além disso, elas têm também a dupla jornada, pois antes e depois de irem para as casas das patroas, cuidam de sua própria casa.

A precarização, os piores empregos e ocupações, salários mais baixos, em relação à população branca, trabalhos insalubres e degradantes, evidenciando uma consolidação da divisão sexual e racial do trabalho, garantindo a perpetuação do sexismo e do racismo institucionalizados no Brasil. Segundo Silva (2020, p. 52), “Outra manifestação explícita da colonialidade são as desigualdades entre negros e não negros, a quantidade de riquezas produzidas pelas mãos escravizadas de homens e mulheres africanos e, posteriormente, por seus descendentes [...]”. A autora aborda a falta de apropriação da riqueza produzida pelos/as negros e negras escravizados/as no período de escravismo colonial, e como isso impactou na manutenção da precarização da vida da população negra, mesmo após a extinção do período escravista. A falta de acesso à terra, inexistência de políticas públicas de moradia, educação, trabalho, cultura e a memória da população negra.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Sob a ótica da financerização, o racismo e o sexismo reconfiguram-se e adquirem outras faces, diante da consolidação do modo de produção capitalista, do avanço das forças produtivas, e, conseqüentemente, de uma maior acumulação da mais-valia, as formas de apropriação que o capital desenvolve para garantir a sua reprodução permeiam uma unidade consubstancial e indissociável do racismo e do patriarcado.

Pensar a realidade do trabalho no Brasil contemporâneo é transpassar o tempo presente e desvelar as marcas de um passado que ainda não passou, que tem suas bases materiais e simbólicas fincadas no sangue e suor dos povos originários e africanos, sobretudo as mulheres indígenas e negras.

O conceito da divisão sexual e racial do trabalho subsidia a análise sobre a exploração e dominação das mulheres na sociedade capitalista. Historicamente, as mulheres têm se dedicado às “práticas invisíveis” (SOUZA-LOBO *et al.*, 1986) da história, ao trabalho cotidiano, feito longe das esferas de poder, representado pela política e pelo Estado, e inseridas de forma contraditória e subalterna no mercado de trabalho, contudo, esse trabalho invisibilizado é também essencial para a produção e reprodução objetivas dessa sociedade e, portanto, sua marca está inscrita na história e na memória de grupos e indivíduos, ainda que não nas versões oficiais. (DELGADO, 2017)

Em tempos de financeirização do capital e “novas” modalidades de trabalho, a realidade das mulheres negras continua sendo marcada por subempregos ou pelo desemprego estrutural. A base da pirâmide da sociedade capitalista permanece sendo a mesma, “novas” modalidades com velhas práticas escravagistas contemporâneas. As mulheres negras são as maiores vítimas de estupro, as maiores vítimas de feminicídios, as que possuem as menores remunerações e os postos de trabalhos menos valorizados, as que estão em maioria nas áreas do cuidado doméstico, cujo trabalho não é reconhecido e nem remunerado, as que estão fora dos espaços decisórios políticos e de poder, as principais beneficiárias do Bolsa Família, o público predominante do ensino à distância e formas mais precarizadas de educação. Isso, não apenas porque a mulher negra no capitalismo em crise é alvo dessas formas brutais de exploração e expropriação, apresentando condições muito precarizadas de vida - uma das faces mais dramáticas da questão social -, mas também porque dessa condição emerge, não de forma dada e essencializada, mas socialmente construída, uma determinada vivência do capitalismo que pode redundar em formas de conhecimento e ação radicalmente críticos a esse sistema.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

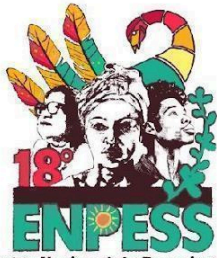
Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

As mudanças contemporâneas se configuram como contexto em que o envelhecimento feminino vem sendo construído diferencialmente em relação a épocas anteriores. Alguns papéis rigidamente demarcados puderam ser relativizados, permitindo a vivência de experiências de lazer e sociabilidade a mulheres mais velhas. Ao mesmo tempo, as idosas assumem papéis e responsabilidades crescentes na provisão e chefia familiar, bem como no cuidado de gerações mais jovens. Do ponto de vista da emancipação feminina, esse quadro traz também ambiguidades, pois ainda que o aumento da visibilidade social das mulheres idosas e a ampliação de suas possibilidades de expressão pessoal sejam um dado concreto, isso não significa que a mulher idosa tenha necessariamente mais liberdade para o uso do seu tempo, pois não necessariamente está liberada de seus afazeres domésticos. Do mesmo modo, as condições objetivas das mulheres mais velhas para a vivência dessa etapa da vida, reproduzem as diferenças de classe, gênero e raça e, desse modo, as velhas negras e pobres permanecem nas atividades de cuidado e domésticas, chefiando grande grupos de parentes, muitas vezes sem acesso a políticas públicas e tantas outras ainda inseridas num mercado de trabalho informal e precário.

Tratando-se de mulheres velhas, sua longa inserção no tempo social, inclusive como quilombolas, fornece um ângulo importante para discutirmos a contemporaneidade e seus processos de mudança. Ela nos ajuda a perceber densidades diversas nesse tempo homogêneo das mudanças de alcance global, situando trajetórias e territórios concretos nos quais essas mudanças se inscrevem. Nas narrativas de mulheres negras e velhas, temos, então, o registro de uma memória coletiva a qual sempre tem a marca da experiência, de uma história vivenciada e narrada por alguém que busca, por meio do ato de narrar, elaborar também o seu tempo pessoal, marcado pela velhice.

4. Considerações Parciais

O breve relato exposto desvela alguns elementos da história do território do Quilombo Rio dos Macacos, a partir da vivência extensionista em curso, na relação que vem sendo tecida com Dona Olinda, filha da terra e liderança no Quilombo. As narrativas das mulheres negras sobre as disputas e conflitos territoriais que emergem da tentativa de apropriação do território tradicional pela Marinha do Brasil, as inúmeras violações de direitos, através de ataques sistemáticos à população quilombola. O Quilombo Rio do Macacos (re) existe às inúmeras investidas do capital financeiro e do Estado, que expropriam, e se apropriam do território quilombola, impossibilitando



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

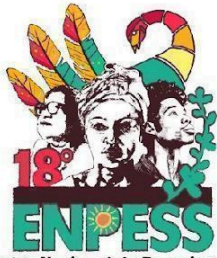
à plena efetivação do direito constitucional ao território.

A ineficiência do Estado em garantir o acesso a um sistema de proteção social à população quilombola, sobretudo a regularização fundiária destes territórios, que são constantemente alvos do grande capital, para viabilização de grandes empreendimentos, a partir da lógica do extrativismo neoliberal, seja na área de mineração, hidrelétricas, produção e exploração de petróleo, parques eólicos, dentre outros empreendimentos destrutivos da natureza, mas lucrativos para o capital.

5. Referências

ALMEIDA, Sílvio. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 05 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

BRASIL, **Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/%5C_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6040.htm Acesso em: 23 ago. 2024.

BOSI, Ecléa. **Memória a sociedade**; lembranças de velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CORREIONAGÔ. Quilombolas pedem socorro! Moradores do Rio dos Macacos lutam para ter acesso à água em suas terras. **CORREIONAGÔ**. Salvador, 21 mar. 2021. Disponível em: <https://correionago.com.br/quilombolas-pedem-socorro-moradores-do-rio-dos-macacos-lutam-para-ter-acesso-a-agua-em-suas-terras/> Acesso em: 20 ago. 2024.

DELGADO, Josimara A.; VILLA FLOR, Cristiane. Memórias de professoras aposentadas: Falando sobre gênero, geração e trabalho. *In*: RIOS, Jane Adriana Pacheco. **Diferenças e desigualdades no cotidiano da educação básica**. Campinas: Mercado das Letras, 2017, p. 303-334.

EVARISTO, Conceição. **Poemas da recordação e outros movimentos**. Belo Horizonte: Nandyala, 2008.

FIOCRUZ. Mapa de conflitos; injustiça ambiental e saúde no Brasil. <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/ba-quilombolas-de-rio-dos-macacos-lutam-por-titulacao-definitiva-de-territorio-de-direito/acesso> em 05 de agosto de 2024.

FRASER, Nancy. **Capitalismo Canibal**: como nosso sistema está devorando a democracia, o cuidado e o planeta e o que podemos fazer a respeito disso. Tradução: Aline Scatola. São Paulo: Autonomia Literária, 2024.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. *In*: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (org). **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Zahar, 2020, p. 117 a 127.

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica. *In*: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (org). **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Zahar, 2020 (39-52).

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. 6. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

INSTITUTO DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). **Andamento dos processos**-Quadro Geral (2019). Disponível em: <

https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/andamento_processos.pdf> Acesso em 05 ago. 2024.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). **Regularização de território quilombola**. Perguntas e respostas. Brasília: INCRA, 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/perguntas_respostas.pdf>. Acesso em 05 jun. 2024.

LOBO, Elizabeth Souza. *et. al.* A prática invisível das operárias, In: KARTCHEVSKY, A. *et al.* (1986). **O sexo do trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p. 131-144.

MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dádiva**. In: Sociologia e Antropologia. São Paulo: EPU/EDUSP, vol. 2, 1974.

MACHADO, Milena Freitas. **Do manguezal às "casas"**: as múltiplas dimensões do trabalho das mulheres marisqueiras no território quilombola de Santiago do Iguape / Milena Freitas Machado. – Salvador, 2022.

MOURA, Clóvis. **Dicionário da escravidão negra no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

MOURA, Clóvis. **Quilombos**: resistência ao escravismo. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

MOURA, Clóvis. **Os quilombos e a rebelião negra**. 7. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1987

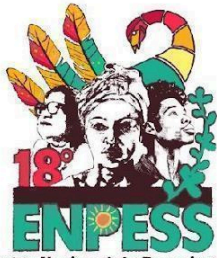
OLIVEIRA, Fábio. N. de. Modernidade, política e práxis negra no pensamento de Clóvis Moura. Plural (São Paulo. Online), v. 18, n. 1, p. 45-64, Jan. 2011.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Convenção n. 169 sobre Povos Indígenas e Tribais**. Disponível em: <https://www.oas.org/dil/port/1989%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20sobre%20Povos%20Ind%C3%ADgenas%20e%20Tribais%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20OIT%20n%20%C2%BA%20169.pdf>. Acesso em: 09 jul. 2024.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, nº 3, 1989.

SANTOS, Gil. Quilombo Rio dos Macacos luta desde o Brasil imperial para sobreviver. **Jornal Correio**. 2020 (Atualizado há um ano). Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/minha-bahia/quilombo-rio-dos-macacos-luta-desde-o-brasil-imp-erial-para-sobreviver-0520> Acesso em: 18 ago. 2024.

TAVARES, Márcia Santana; DELGADO, Josimara A. Reminiscências de um tempo passado; um olhar perscrutador sobre o Serviço Social no Terceiro Setor. In: GÒIS, João Bosco Hora; SOUZA, Sidmara Cristina de. (orgs) **Serviço Social e Pesquisa**. Curitiba: Editora CRV, 2021.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

THIOLLENT, M. Construção do conhecimento e metodologia da extensão. **Revista Cronos**, [S. l.], v. 3, n. 2, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/15654>. Acesso em: 9 ago. 2024.

THOMPSON, Edward. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VERGÈS, F. **Um feminismo decolonial**. São Paulo: Ubu, 2020.